

# ALCOBAÇA

Alcobaça foi uma freguesia do concelho com o mesmo nome, no distrito de Leiria. Após a reorganização administrativa de 2013 foi agregada a outra localidade, passando a designar-se União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria. O núcleo urbano articula-se em torno de dois elementos principais: o castelo, que se eleva sobre uma elevação situada a noroeste do aglomerado mais antigo e o grande mosteiro cisterciense, de Santa Maria, localizado no sopé da fortaleza, em local plano. Entre estes elementos dispõe-se um pequeno aglomerado urbano, de origem medieval, que foi crescendo amparado por estes poderes, o civil e o monástico.

## Castelo de Alcobaça

O CASTELO DE ALCOBAÇA ergue-se na margem esquerda do rio Baça, coroando um pequeno morro (cota de 59 m) fronteiro à abadia de Santa Maria de Alcobaça, da qual dista, em linha reta, cerca de 300 m. Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto 95/78, DR, 1ª Série, nº 210, de 12 de setembro de 1978). Para chegar ao castelo, e partindo da abadia de

Alcobaça, suba, à esquerda, a rua Frei Estêvão e continue pela avenida Maria Oliveira. Ao chegar ao cruzamento com a rua do Castelo terá o monumento à sua direita.

A origem do castelo de Alcobaça tem sido atribuída a diferentes épocas. Alguns autores invocam uma origem visigótica, sem qualquer fundamento. Outros, valorizando a sua torre albarrã, entendem que seria de fundação



Vista aérea do castelo de Alcobaça  
(Imagens ©2021 Google, Imagens  
©2021 CNES / Airbus, Maxar  
Technologies, Dados do mapa ©2021)

muçulmana. Não há, no entanto, qualquer evidência de que assim seja. A arquitetura militar cristã também conheceu torres albarrãs, copiando o modelo das fortificações almóadas, e, portanto, esse não é argumento decisivo. Na carta de doação de Alcobaça ao mosteiro de Claraval e a S. Bernardo, que D. Afonso Henriques assinou em 8 de abril de 1153, não é feita qualquer referência a um castelo, mesmo que arruinado. O espaço é referido *inter illa duo opida nominatim Leirenam et Obidos*. Certamente que, se existisse castelo, ele seria mencionado. E durante as primeiras décadas de fixação cisterciense também não se conhece qualquer referência à fortificação. A primeira notícia encontra-se no segundo testamento de D. Sancho I, que o monarca assinou em outubro de 1210, pouco tempo antes de falecer. Aí, ao dispor as verbas monetárias que integravam o tesouro régio português, D. Sancho I esclarece que parte dele se encontrava confiada ao abade de Alcobaça (na altura D. Fr. Fernando Mendes) e ao convento, que o tinham guardado *in suo castello*. Teria o castelo sido erguido depois dos ataques almóadas de 1190 e 1191, que afetaram a zona da Estremadura (Tomar, Torres Vedras...) e que alguns autores acreditam terem tido também duras consequências na

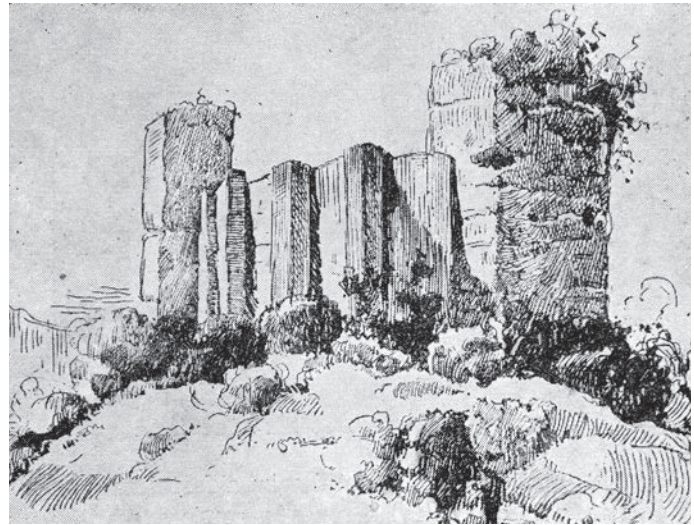
comunidade monástica alcobacense? Embora não esteja comprovado, é provável. Depois desta referência pioneira, são escassos os dados documentais que dispomos para esta fortificação. Fr. Manuel de Figueiredo (1729-1793), num manuscrito inédito apenas publicado em 1932, seguindo a opinião de Fr. Bernardo de Brito (1569-1617), registava que o abade de Alcobaça, D. Fr. João de Ornelas, teria mandado erguer a barbacã do castelo e ordenado a reconstrução de parte do muro que ruína, na face voltada ao mosteiro, lançando para isso uma finta em 24 de novembro de 1369. As referências encerram, no entanto, um evidente anacronismo, uma vez que Fr. João de Ornelas exerceu o seu abaciado entre 1381 e 1414, incompatível com a data da finta. Por seu turno, João de Almeida pretende que o castelo teria ficado arruinado com um terramoto, em 1422, e que teria sido reconstruído, por ordem de D. João I, em 1424. No entanto, devemos sublinhar que não se conhece terramoto nesse ano, a chancelaria de D. João I omite qualquer referência a obras no castelo de Alcobaça e João Gouveia Monteiro também não regista essas obras no seu elenco de trabalhos militares ocorridos entre 1350 e 1450. Fr. Manuel de Figueiredo refere, ainda, obras ordenadas

Vista do castelo de Alcobaça, tirada a partir da entrada do mosteiro



por D. Afonso V, em 1450, no tempo do abade D. Fr. Gonçalo de Ferreira (cujo abaciado decorreu entre 1446-1459), acrescentando que, em 1481, no reinado de D. João II, ao serem instados a contribuir para obras no castelo de Alfeizerão, os habitantes de Alcobça tentaram escusar-se alegando que tinham servido durante doze anos nas obras do castelo de Alcobça. Mas também para elas não conhecemos referência documental. Curiosamente, volvidos apenas três anos, numa visitaçã realizada em 22 de fevereiro de 1484, o visitador, Fr. Pedro Serrano, registava: *O castelo, finalmente, que vimos e inspeccionámos cuidadosamente, necessita de muitas reparações...* Este não parece ser o testemunho de uma fortificaçã que tivesse tido obras recentes, para mais prolongando-se durante doze anos... Em 24 de abril de 1520 Alcobça recebeu Foral Novo outorgado por D. Manuel I, diploma que não encerra referênciã ao castelo. Tão pouco encontramos mençã a esta fortificaçã na *Peregrinatio Hispanica*, de Claude de Bronseval. Mas o castelo viria a conhecer obras no segundo quartel do século XVI. Numa carta do cardeal D. Afonso, datada de 4 de junho 1537, e dirigida a Pedro da Videira, o cardeal questionava *se he jaa acabada ha obra desse castello d Alcobça de todo ou ho que lhe falta por acabar*. E é tudo o que, por via documental, se consegue apurar. Esvaziado de valor militar, a fortificaçã passaria a ser utilizada como cadeia. Mas os problemas com o seu estado de conservaçã mantiveram-se. Logo no início do século XVII, Francisco Pereira Pinto escrevia a Filipe II pedindo dinheiro para se erguer uma nova cadeia, porque a que ficava no castelo estava danificada. Apesar disso, a torre de menagem continuou a servir de prisã até o terramoto de 1 de novembro de 1755 a deixar de tal maneira arruinada que teve de ser abandonada. Em 1834, depois da extinçã das Ordens Religiosas, o castelo de Alcobça foi entregue à Câmara Municipal que o utilizou como pedreira entre 1838 e 1854, desmontando impiedosamente a velha fortificaçã até ser dada por "extinta" em 1855. As ruínas que hoje ali vemos resultam, em boa medida, dos trabalhos de reconstruçã que a mesma Câmara encomendou em 1952-53. Baseando-se na descriçã de Fr. Manuel de Figueiredo, publicada em 1932, e numa gravura de J. Taylor [Isidore Justin Séverin, Barão de Taylor] (1789-1879), publicada em 1827 (que tinha sido reeditada para ilustrar o texto inédito de Figueiredo), os alicerces – que era tudo quanto restava da vetusta fortificaçã –, foram reerguidos alguns metros. Era este castelo que a edilidade alcobacense pretendia mostrar à rainha Isabel II quando, em 1956, a monarca britânica visitou Alcobça.

No entanto, a gravura de J. Taylor não é o único testemunho iconográfico que possuímos para o castelo de Alcobça antes da demolidora atuaçã da Câmara



Desenho de Armando Lucena procurando representar o castelo em finais do século XVIII (DGEMN\_517537\_1957)



Acesso atual, pelo lado oeste

Pano de muralha voltado a sul



oitocentista. Na orla da *Carta Geográfica da Província da Estremadura*, realizada pelo engenheiro José Monteiro de Carvalho entre 1777 e 1780 e oferecida a D. Maria I, cujo original faz parte do acervo da Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), encontramos uma vista do castelo de Alcobaça, que ocupa o medalhão central do friso do lado esquerdo. Um pouco mais tardio é o desenho de Domingos António Sequeira (1768-1837) que se conserva no acervo do Museu Nacional de Arte Antiga. Este desenho, com duas vistas do castelo, integra o Álbum nº 9, que Maria Alice M. Beaumont atribuiu a 1808. Nesses desenhos podemos ver, pela pena do Mestre, o castelo de Alcobaça com as suas muralhas e torres elevadas e com a torre de menagem coroada por ameias. Por fim, acrescenta-se que há um outro desenho, de Armando Lucena, publicado por Jorge Larcher, que procura reconstituir a aparência do castelo no século XVIII. Mas o valor probatório deste desenho, executado no século XX, é substancialmente menor que os outros testemunhos.

O castelo de Alcobaça apresenta-se hoje reduzido aos primeiros metros das estruturas, equivalentes ao piso térreo, que, como referimos, resultam, em boa medida, da reconstrução encomendada pela Câmara de Alcobaça em 1952-53. É possível, no entanto, reconhecer os seus principais elementos e avaliar da sua importância no contexto da arquitetura militar portuguesa do século XIII. A fortificação apresenta uma planta poligonal irregular, com panos de muralha retilíneos. A sua muralha é reforçada por sete torreões, de planta quadrangular, aos quais acresce a torre de menagem, no extremo leste, voltada à abadia. O pano de muralha sul, absolutamente retilíneo, apresenta três

torreões equidistantes, cada um com cerca de 3,5 m de largura e afastados entre si por cerca de 9 m de distância. A muralha norte arranca com um pano de muralha retilíneo, reforçado por três torreões, mas fecha junto da torre de menagem com solução poligonal, também apoiada em torreões. A muralha ocidental, onde se abre a porta de entrada principal do castelo, apresenta dois torreões angulares. A meio deste pano de muralha, com os seus alicerces erigidos no exterior da fortificação, encontramos uma torre de planta quadrada, com 11,3 m de largura, que, como Fr. Manuel de Figueiredo ainda descreve, comunicava com a fortificação a partir de um arco, ao nível do andar superior. O cronista cisterciense designa-a como a "torre dos sete sobrados": *Da mesma parte do poente, dentro do fosso, e barbacam, está huma torre chamada de sette sobrados, a qual se conserva inteira com separação do corpo da fortaleza em distancia de doze palmos e meio, e com huma janela em correspondência de outra da muralha com indícios de haver aqui alguma espécie de ponte levadiça para comunicação de huma e outra fortaleza...* Tratava-se, portanto, de uma torre albarrã que, embora de iniciativa cristã, se inspirou nos protótipos almóadas. Juntamente com a desaparecida torre albarrã do sistema muralhado de Castelo Rodrigo, que Duarte de Armas ainda desenhou em 1509-10, era um dos exemplos portugueses mais setentrionais para este tipo de torre. Mas, como referimos, a sua presença não é suficiente para remeter a fábrica da fortificação alcobacense para iniciativa muçulmana. No extremo leste da fortificação, opondo-se à torre albarrã, erguia-se a torre de menagem, com 14,3 x 8,0 m. Foi esta estrutura que serviu de prisão durante a Época Moderna. Fr. Manuel de Figueiredo revela que a torre de menagem, *que serviu de cadea, tinha na*

Vista geral tomada a partir de oeste



*mesma parte exterior ... huma imagem da invocação de N. Senhora da Pena e que por baixo do nicho, em que está colocada a imagem de N. Senhora da Pena aparece huma pedra moldurada em quadro com 5 vieiras postas em aspa.* Seria o escudo do abade Fr. Nicolau Vieira, que dirigiu os destinos de Alcobaça entre 1461 e 1475, que, portanto, teria efectuado obras na torre. Na face norte da fortificação encontram-se vestígios de um muro suplementar – a barbacã do castelo, que alguns autores atribuem ao século XIV –. O pátio do castelo, posto que de reduzidas dimensões, albergava diversas construções adossadas às muralhas, que as escavações arqueológicas dirigidas por Jorge M. A. António evidenciaram. E, ao centro, de acordo com Fr. Manuel de Figueiredo, localizava-se a cisterna. Quando o cronista descreveu o castelo ainda se viam quatro colunas no pátio, que tinham servido de sustentação para estrutura então já desaparecida.

As ruínas do castelo de Alcobaça foram objeto de escavações arqueológicas em 1982 (Pedro Gomes Barbosa) e entre 2002 e 2004 (Jorge M. Assunção António).

Texto: MJB - Fotos: JNC

### *Bibliografia*

ALMEIDA, J., 1945, II, pp. 192-194; ANTÓNIO, J.M.A., 2006, pp. 23-32; BARBOSA, P.G., 1991, pp. 59-73; BEAUMONT, M.A.M., 1975, n.º 174, pp. 88 e 157; DIAS, L.F.C., 1961-69, III, pp. 148-154; DMP, DR, doc. n.º 243 (de 1153, Abril, 8); DS, doc. n.º 194 (de 1210, outubro); FIGUEIREDO, J., 1964, pp. 225-240; FIGUEIREDO, M., 1932, pp. 215-223; LARCHER, J.N., 1933, pp. 15-34; PORTAL DO ARQUEÓLOGO; SEQUEIRA, G.M., 1955, V, p. 15; SIPA; VISITAÇÕES CIST., Visit. 1 (de 1484, fevereiro, 22) e doc. n.º 13 (de 1537, junho, 4).

## *Mosteiro de Santa Maria*

O MOSTEIRO DE SANTA MARIA dista cerca de 2 km da Câmara Municipal de Alcobaça. Sair da Câmara pela avenida Manuel da Silva Carolino em direcção à avenida dos Combatentes/ N8; virar à direita para a

referida avenida, seguir pela N8/ rua Costa Veiga e na rotonda seguir pela primeira saída para a rua da Levadinha. Virar à direita para a rua Dr. Francisco Zagalo e continuar pela rua Frei Estevão. O mosteiro encontra-se à direita.



*Vista do mosteiro a partir da cabeceira*



*Fachada principal*

O enquadramento do mosteiro de Alcobaça é urbano, destacando-se pela sua monumentalidade e pelo equilíbrio dos edifícios que o compõem. Santa Maria de Alcobaça (1153) foi a terceira fundação cisterciense em Portugal, logo a seguir a São João de Tarouca (1144) e a Santiago de Sever, ambas no distrito de Viseu. Seguiu-se Santa Maria de Salzedas, São Cristóvão de Lafões e Santa Maria do Bouro, entre outras ainda no século XII. No início do século XIII, destaca-se o mosteiro de São Mamede de Lorvão, antigo mosteiro beneditino e convertido em comunidade monástica feminina cisterciense. Lorvão albergava um dos três mais importantes *scriptoria* medievais, a par do de Santa Cruz de Coimbra e de Santa Maria de Alcobaça.

Em 1608, a igreja do mosteiro foi convertida em paróquia e o seu orago é o Santíssimo Sacramento.

D. Afonso Henriques, em 8 de abril de 1153, doou e coutou ao abade Bernardo de Claraval e a todos os seus monges e sucessores, um vasto território de cerca de 44 000 ha, situado entre os castelos de Leiria e Óbidos e da serra dos Candeeiros até ao mar, com a obrigação expressa de proceder ao seu povoamento. No ano anterior, em 1152, havia sido aprovado em Capítulo Geral da Ordem de Cister, a construção de um mosteiro no território que D. Afonso Henriques fazia agora doação. A chamada Abadia Velha, edificada na denominada área da Chiqueda, a leste do atual mosteiro, tem a sua fundação celebrada por

inscrição comemorativa que se encontra atualmente embutida na face interna da parede da nave norte, à direita do portal que da igreja dá acesso ao claustro. Trata-se de uma cópia executada no século XVII e a leitura proposta por Mário Barroca é a seguinte,

TEMPLA DVO POSVIT FACTI MONVMENTA POTENTIS / AL-  
FONSVS POPVLI GLORIA MAGNA SVI . / VALLIBVS HIS PRIMVM  
STRVXIT NON GRAENDE [sic] SACELLVM / ANNO QVEM LEC-  
TOR CRVX TIBI SANCTA NOTAT . / [+ ] E . M . C . XC . XI .  
KaLendas . OCTObris .

Quatro anos mais tarde, em 1157, D. Afonso Henriques concede ao mosteiro e seus homens isenção de portagem, promovendo a dinamização económica e comercial da região. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Barroca convocam a importância da exploração agrária e de algumas granjas como garantia do poder económico da abadia. O novo mosteiro foi então edificado junto da confluência dos ribeiros Alcoa e Baça. Assim, em 1178 terá início a construção do mosteiro, substituindo o edifício provisório erguido em madeira, designado por Santa Maria-a-Velha (hoje igreja de Nossa Senhora da Conceição). A edificação encontra-se registada no seguimento da epígrafe anterior (cópia do século XVII), comemorando a fundação da Abadia Nova. A leitura de Mário Barroca é a seguinte,

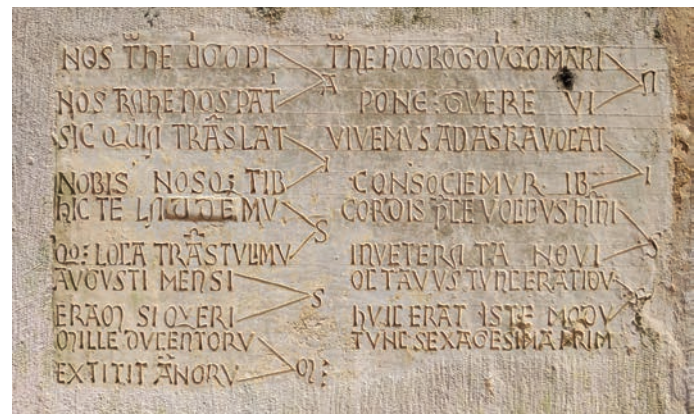


Fachada norte do conjunto monástico

INDICAT EN DIGITVS QVO FVNDAMENTA SECVNDI / HVIVS ET  
INGENTIS TEMPORE IACTA FORENT . / E(ra) . M . CC . XVI .  
VI . NONAS [sic] . MAII . / F . G . F . C .

A construção de uma nova abadia era concebida e dirigida por monges-arquitetos, instruídos nas exigências da espiritualidade Cisterciense e provenientes das casas-mãe das novas fundações, neste caso Claraval. D. Sancho I confirma, em 1186, a doação de seu pai ao mosteiro. É no apêndice ao testamento de D. Sancho I, de 1188, que encontramos duas doações régias, uma especificamente para as obras em curso no mosteiro de Alcobaça e outra para objetos litúrgicos, nomeadamente cálices. D. Dulce, mulher do monarca, ofertou ao mosteiro um cálice em prata, com inscrição invocativa dessa doação e que se encontra atualmente no Museu Nacional de Arte Antiga. No segundo testamento régio de D. Sancho I, datado de 1210, Alcobaça surge como depositária do tesouro real.

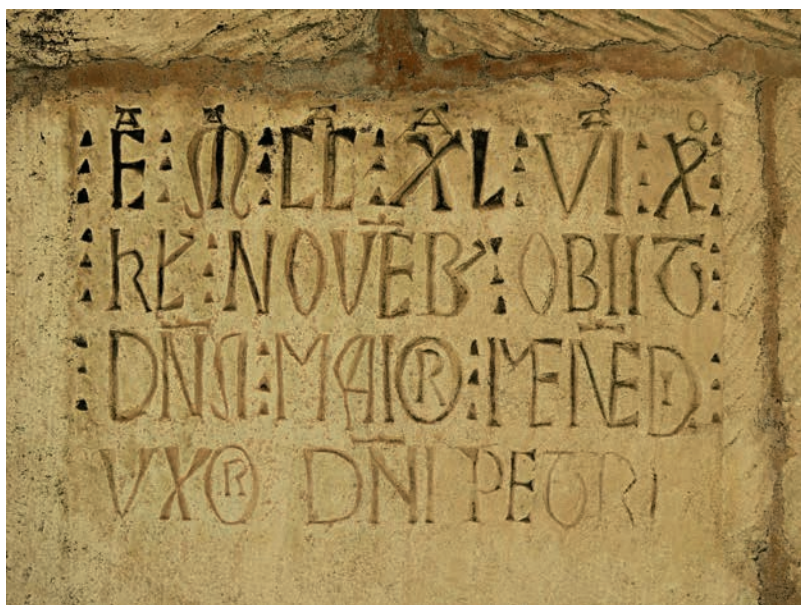
Em 1184 e 1195, ataques muçulmanos destruíram os edifícios já erguidos e obrigaram à dispersão dos monges. Este clima de insegurança justificou a construção do castelo de Alcobaça. Em 1223, os monges foram novamente instalados no mosteiro, em dependências recém edificadas. No claustro do Silêncio existe uma inscrição comemorativa desta transferência. Segundo Mário Barroca, esta



Inscrição alusiva à chegada dos monges à Abadia Nova

inscrição rimada terá sido criada por Martinho, monge alcobacense, no *scriptorium* do próprio mosteiro.

O túmulo de D. Afonso II recorda a morte do monarca em 1223. Também a rainha D. Dulce, mulher de D. Afonso II, determinou, em testamento (1214), ser sepultada no mosteiro de Alcobaça. A galilé de Alcobaça foi construída por ordem de D. Afonso II para receber as sepulturas reais, mas ruiu no início do século XVI, durante o abaciado de D. Jorge de Melo (1505-1519). D. Sancho II, filho de D. Afonso II, também expressou em vida vontade



Claustro do Silêncio. Inscricção funerária de Dona Maior Mendes, falecida em 1208"



Inscricções alusivas a S. Bento e S. Vicente, nas paredes exteriores da igreja

Igreja



testamentária de ser aí sepultado, apesar de não o ter concretizado, devido ao exílio forçado em Castela.

No mosteiro de Alcobaça encontram-se várias epígrafes funerárias, datadas do século XIII em diante, as quais foram registadas por Mário Barroca na obra *Epigrafia Medieval Portuguesa*. O mesmo autor trata ainda diversas outras epígrafes, algumas relativas aos oragos das capelas do deambulatório, datadas também do século XIII.

As instalações monásticas terão ficado prontas em 1240. Nessa altura mantinha-se ainda o culto na igreja da Abadia Velha. A edificação do novo templo foi mais demorada, ainda estando inacabado em 1253, quando foi sagrado. D. Afonso III doou 3 000 libras para a construção do claustro e deixou expressa a vontade de ser sepultado no mosteiro. O claustro do Silêncio foi construído a expensas de D. Afonso III, mas já no reinado de seu filho D. Dinis, entre 1308 e 1311, conforme inscrição na parede fronteira à sala do Capítulo. Este claustro foi posteriormente modificado no tempo de D. Manuel.

Em 1320, no Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do reino, mandado realizar por D. Dinis para obter financiamento para a Cruzada, a abadia de Alcobaça, entre as Igrejas de Alenquer, foi taxada na elevada quantia de 18 000 libras, reflexo do dinamismo económico do mosteiro.

A entrada de abades comendatários no mosteiro, em 1475, originou a decadência da vida conventual. A partir de 1533, o cardeal infante D. Afonso, irmão de D. João III, conseguiu restabelecer a disciplina entre a comunidade. Ao longo dos séculos XVI e XVII sucederam-se várias campanhas de obras no mosteiro. Em 1567, o papa Pio V isenta o abade e os monges de Alcobaça da jurisdição da Ordem de Cister. É instaurada a Congregação Cisterciense de São Bernardo de Alcobaça que vigorou até à extinção das ordens religiosas, em 1834. O período que sucedeu à restauração da independência (1640-1660) caracterizou-se por uma intensa vida intelectual e artística. O terramoto de 1755 e a grande inundação de 1772 provocaram grandes danos no complexo monástico e obrigaram a dispendiosas obras de reconstrução e restauro. Na sequência da extinção das ordens religiosas de 1834 passou a igreja a exercer a função de paroquial. Lúcia Rosas regista um conjunto significativo de intervenções na igreja realizadas durante a segunda metade do século XIX.

O mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi fundado em meados do século XII. Trata-se de uma edificação que, apesar de cronologicamente ser coeva da maior parte das edificações românicas de grandes mosteiros, como São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) ou Salvador de Travanca (Amarante), a verdade é que a sua edificação foi iniciada conforme os mais avançados modelos cistercienses do



Aspeto da cabeceira a partir do deambulatório

Cruzeiro. Em primeiro plano, túmulo de D. Pedro I, ao fundo, a porta de acesso ao dormitório dos monges



tempo, sendo portanto responsável pela introdução entre nós de uma série de inovações características já da arquitetura gótica. Vários autores reconhecem que a igreja de Alcobaça se inspirou em Claraval III, bem como a existência de semelhanças entre esta igreja e a de Pontigny, cuja renovação terminava quando se começou a edificar o mosteiro português.

A igreja de três naves e transepto saliente tem charola dotada de deambulatório com suas capelas radiais. É totalmente abobadada, com cobertura de cruzaria, sendo as arcadas das laterais peraltadas. A planimetria da igreja, conjugada com elementos estruturais de que destacamos a presença de arcobotantes, a redução da espessura dos muros e a redução dos contrafortes a simples colunas adossadas, confirmam a novidade da fábrica de Alcobaça. Contudo, há evidentes sinais que mostram que houve alterações ao nível da obra e que visaram, nas palavras de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, goticizar mais a arquitetura. Tal dever-se-á à chegada de um novo mestre ainda antes de estarem terminadas as obras da cabeceira, pelo que se identificam claras diferenças entre as nervuras da charola e as da capela-mor e transepto. Além disso, persistem ainda capitéis que se aproximam da estética de Coimbra na cobertura do transepto e naves.

Considerado um dos grandes estaleiros da idade média portuguesa, o mosteiro de Alcobaça é ainda hoje um dos mais monumentais conjuntos que permite documentar e compreender a dinâmica dos espaços monásticos. A norte da igreja edificou-se o seu claustro, aspeto justificado por problemas de saneamento das águas. Em torno dele distribuem-se as dependências monásticas edificadas durante o século XIII como a Sala do Capítulo, a Sacristia, o Dormitório, a Sala dos Monges e o Refeitório. No transepto persistem os notáveis túmulos de D. Pedro e D. Inês, peças magistrais da tumulária gótica, erguidos no transepto e voltados um para o outro.

A atividade do *scriptorium* do mosteiro de Alcobaça, a vastidão da sua biblioteca e a dedicação dos seus monges ao ensino testemunham a dinâmica da comunidade. Desde a segunda metade do século XIII, os monges fundaram escolas

públicas não só para o ensino de religiosos, mas abertas ao exterior. O *scriptorium* de Alcobaça se bem que idealizado e concretizado segundo os moldes de Claraval, manifestava também uma estreita relação com o meio local. Sob a orientação de um responsável, aí trabalhava um grupo de copistas a quem se associavam iluminadores e encadernadores.

O mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi classificado como Monumento Nacional em 1907 e inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO em 1989. É considerado o mais importante monumento cisterciense em Portugal e um dos melhor conservados à escala europeia.

No Museu Nacional de Arte Antiga expõem-se três cálices provenientes do Mosteiro de Alcobaça. Vd. Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa) - Cálice doado pela rainha D. Dulce ao mosteiro de Alcobaça (MNAA 89 Our); Cálice do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (90 Our); Cálice do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (91 Our).

Na Biblioteca Nacional de Portugal está em depósito o acervo da Livraria do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça que integra 461 códices, cerca de 160 dos quais iluminados e produzidos no último quartel do século XII e primeiro quartel do seguinte, de que destacamos as Bíblias Alcobacenses e o Beato de Alcobaça. Vd. Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) – *Scriptorium* e Livraria de Santa Maria de Alcobaça. Bíblias Alcobacenses e Beato de Alcobaça.

Texto: MLB/JL - Fotos: JNG

### Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F. e BARROCA, M.J., 2002, pp. 34-42; ALMEIDA, F., 1971, IV, p. 129; ANTT, MEM. PAROQ. 1758, vol. II, n.º 5, pp. 19-46; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 97 (de 1152, setembro, 21); Insc. n.º 151 (de [1174-1198]); Insc. n.º 152 (de [1174-1198]); Insc. n.º 157 (de 1178, maio, 10); Insc. n.º 289 (de 1223, agosto, 6); Insc. n.º 516 (de 1308, abril, 6); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 115 (de 1152, setembro, 21); Insc. n.º 173 (de [1174-1198]); Insc. n.º 174 (de [1174-1198]); Insc. n.º 179 (de 1178, maio, 2 ou 10); BOISSELLIER, S., 2012, p. 183; COCHERIL, M., 1989, pp. 19-80, 90-91, 103; CEPB, 1935-60, I, pp. 799-805; MARQUES, J., 2006, pp. 277-313; NASCIMENTO, A.A., 2018, pp. 107-152; RODRIGUES, J., 2007, pp. 11-16, 55, 91-93; ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 25-37; SIPA; SOUSA, B.V., 2016, pp. 105-108.

## Mosteiro de Santa Maria - Jacente da Rainha D. Urraca

ENTRANDO NA ABADIA DE ALCobaça, e dirigindo-se para a zona do transepto, o visitante deparará, no braço sul, com a Sala dos Túmulos, uma construção neogótica erguida segundo projeto do inglês William Elsden executado por volta de 1770. Este espaço, pioneiro na arquitetura

neogótica em Portugal, foi criado para albergar os túmulos dos reis, rainhas e infantes que, desde a demolição da galilé de Alcobaça, no primeiro quartel do século XVI, no tempo do abade D. Jorge de Melo (1505-1519), tinham sido deslocados para junto da capela de São Bernardo, no transepto

da abadia. A transferência dos túmulos reais para a nova Sala dos Túmulos ocorreu no reinado de D. Maria I, em 1784, quando as novas instalações já estavam concluídas. Penetrando no interior deste espaço, à sua direita, soerguido sobre pilaretes, encontra-se o túmulo com estátua jacente de D. Urraca, rainha de Portugal.

D. Urraca de Castela era filha de Afonso VIII de Castela e de Leonor de Inglaterra. Era, pelo lado paterno, neta de Sancho III de Castela e da rainha D. Branca, e, pelo lado materno, neta de Henrique II, Plantageneta, e de Leonor da Aquitânia, reis de Inglaterra. A infanta D. Urraca deve ter nascido por volta de 1186-1187 (seguramente antes de 28 de maio de 1187). Casou com D. Afonso, infante de Portugal, nascido na mesma altura, que viria a ser rei com o título de Afonso II. Segundo Hermínia Vilar, o casamento teve lugar em Coimbra algures entre novembro de 1208 e fevereiro de 1209, ou seja, quando os dois consortes já tinham 22 anos, uma idade relativamente avançada para a época. A rainha começa a aparecer mencionada na documentação portuguesa a partir de 25 de fevereiro de 1209. Desta união resultaram quatro filhos: D. Sancho (futuro Sancho II, nascido nos finais de 1209 ou inícios de 1210; rei de Portugal entre 1223 e 1245-48), D. Leonor (nascida em 1211 e referida na documentação a partir de julho desse ano; rainha da Dinamarca pelo seu casamento com Valdemar III), D.

Afonso (futuro Afonso III; nascido em finais de 1216 ou inícios de 1217, mencionado nos documentos a partir de maio desse ano; Conde de Boulogne e, depois, rei de Portugal, entre 1248 e 1279) e D. Fernando (nascido em 1218 e referido nos documentos a partir de março desse ano; Senhor de Serpa). Desta forma, quando D. Urraca foi coroada rainha de Portugal, em março de 1211, ao lado de seu marido, Afonso II, já a descendência varonil estava assegurada. Dos doze anos que viveu em Portugal pouco mais se conhece do que a descendência que originou. Sabemos, ainda, que redigiu testamento a 15 de junho de 1214, elegendo o mosteiro de Santa Maria de Alcobça para local de sua sepultura. Foi acompanhada, nesta decisão, pelo seu marido que, no seu primeiro testamento, redigido poucos dias depois, a 27 de junho de 1214, também escolheu Alcobça para local de sepultura. Esta opção pelos cistercienses contrasta com as decisões dos monarcas anteriores (D. Afonso Henriques, D. Sancho I, suas mulheres e infantes), que tinham sido enterrados em Santa Cruz de Coimbra. D. Urraca viria a falecer seis anos mais tarde, a 3 de novembro de 1220, tendo recebido sepultura na abadia de Santa Maria de Alcobça, instituição beneficiada no seu testamento com 2.000 maravedis. Trata-se da mais importante verba destinada pela rainha a uma instituição religiosa, suplantando, mesmo, as verbas atribuídas às dioceses do reino.



*Aspeto geral da Sala dos Túmulos, panteão neogótico erguido nos finais do séc. XVIII*

O túmulo, com estátua jacente, foi destinado à galilé ou capela dos Reis, uma estrutura construída à esquerda de quem entrava na abadia de Alcobaça, no espaço onde hoje se localiza a “sala dos Reis”. Este panteão real foi recebendo, sucessivamente, os túmulos de D. Urraca (f. 1220) e de D. Afonso II (f. 1223), de D. Afonso III (f. 1279; trasladado em 1289) e de D. Beatriz (f. 1300), dos infantes D. Vicente (f. 1268), D. Fernando (f. 1269) e de D. Sancha (f. 1302) (todos filhos de Afonso III e de D. Beatriz), assim como os célebres túmulos de D. Pedro I e de Inês de Castro. A galilé foi demolida por decisão do abade D. Jorge de Melo (1505-1519), por alegadamente estar em mau estado de conservação, sendo os túmulos reais deslocados para o transepto da igreja monástica. A partir deste momento instalou-se alguma confusão na identificação dos túmulos. Com efeito, as pequenas arcas dos infantes não apresentam qualquer identificação, não se sabendo a quem correspondem. E a identificação dos túmulos de D. Urraca ou de D. Beatriz, que não tinham inscrição (como sublinhava Fr. Jerónimo de Román, em 1589), começou a ser insegura. Este cronista castelhano sugere que o túmulo de D. Beatriz, mulher de Afonso III, fosse o monumento “bem levantado” e “rodeado de muitas imagens e histórias dos testamentos e em cima o seu vulto”. Os termos de esta descrição adequam-se ao sarcófago que aqui abordamos, e que identificamos como sendo de D. Urraca. A confusão instalada levou os monges alcobacenses a mandarem gravar duas inscrições, modernas, consagrando a identidade. Estes dois letreiros, criados pouco depois de D. Francisco Brandão ter concluído a redação do volume da *Monarquia Lusitana*, em 1675, acabariam por consagrar a identificação do sarcófago como sendo “de D. Beatriz”. Ao longo do lateral direito, que foi muito mutilado pelos soldados franceses em 1810, podemos ler:

D. BEATRIX REGINA PORT. VXOR ALFONSI 3 CODITVR HIC AB ANO CIRCITER . 1304

E, no topo lateral correspondente aos pés, gravou-se letreiro com conteúdo similar:

D. BEATRIX R. P. VXOR ALF. 3 / ANO 1304

Nos dois letreiros regista-se o ano de 1304 como o da morte da rainha D. Beatriz, tal como Fr. Francisco Brandão defendera na *Monarquia Lusitana*, embora hoje se saiba que a rainha faleceu a 7 de fevereiro de 1300.

A atribuição deste monumento a D. Beatriz foi acompanhada pela atribuição, paralela, de outro arcaz, de feitura moderna, a D. Urraca: uma arca de grandes dimensões, em calcário, que se encontra embutida em nicho próprio, e onde se gravou a inscrição:

[...] VXOR REGIS ALFONSI 2 / IACET HIC ANNO 1220.

Este talvez não fosse o primeiro cenotáfio associado à mulher de Afonso II porque, em 1760, quando Thomas Pitt visitou a abadia, registou os túmulos da família real portuguesa no transepto de Alcobaça e, pelo esquisso que o arquiteto inglês nos deixou, percebemos que a inscrição que identificava o túmulo de Urraca estava pintada (ou gravada) no topo menor de um sarcófago sustentado por colunelos e com tampa pentagonal. Nele se lia:

D. URRACHA. REGINA. UXOR. REGIS. ALPHONSI. II. IACET. HIC. ANNO. 1220.

As diferenças entre as grafias dos letreiros e a morfologia dos sarcófagos (o desenhado por Pitt sustentado por colunelos, com tampa pentagonal e inscrição gravada no topo menor; o sobrevivente com tampa lisa, arca pousada sobre pequenas bases e com inscrição gravada ao longo do lateral maior) parece revelar a existência de diferentes cenotáfios.

Por essa altura, a Sala dos Túmulos ainda não tinha sido planeada. Mas, volvida uma década, o abade trienal D. Manuel de Mendonça encomendaria ao engenheiro inglês William Elsdon o risco para este espaço. Segundo Regina Anacleto, a construção teria sido erguida por volta de 1770 e a transferência dos túmulos ocorreu em 1784 (depois de uma visita de D. Maria I, em 1782). Quando James Murphy passou por Alcobaça, em 1789-90, já visitou os monumentos funerários da família real portuguesa na Sala dos Túmulos, acrescentando que a construção tinha sido erguida uns 18 anos antes.

Registemos, por fim, que os túmulos reais de Alcobaça foram barbaramente mutilados pelos soldados franceses comandados por Jean-Baptiste Droüet, Conde d'Erlon, em 1810. Depois da passagem dos exércitos napoleónicos, os monges alcobacenses apressaram-se a rematar e fechar os monumentos funerários, colocando no seu interior os poucos despojos que deles sobravam. As graves mutilações são bem perceptíveis nos vários sarcófagos.

É tempo de abordar o monumento que nos ocupa e de justificar a sua atribuição a D. Urraca, rainha de Portugal e mulher de D. Afonso II. O túmulo em questão é uma arca densamente ornamentada. A sua tampa, de secção pentagonal, apresenta, escavada nesse volume, uma estátua jacente da rainha, concebida num relevo muito plano. A rainha, ostentando coroa, repousa com a cabeça apoiada sobre uma almofada. Para além da coroa, a rainha apresenta um véu soqueixado. A sua face é a de uma mulher jovem. As mãos foram representadas pousadas cruzadas sobre o peito. D. Urraca enverga um longo vestido, com pregas retilíneas, muito paralelas, simétricas e pouco naturais. No

tronco da rainha as pregas são estreitas e densas, mas a partir da cintura alargam-se mais e, nas zonas das pernas, para transmitir a noção de volumetria, esculpíram-se pregas em V. Um cinto longo cinge o vestuário ao corpo da rainha e dele pende, no lado esquerdo, uma bolsa ou esmoleira. O vestuário da rainha é rematado por uma longa capa, que, também dominada por pregas verticais e paralelas, cai quase até aos pés. Apesar do tratamento dado ao vestuário, e ao pregueado, que se afasta muito do realismo, a escultura não deixa de revelar uma qualidade excepcional. Sublinhemos, desde já, que se trata do mais antigo jacente conhecido em Portugal.

A arca apresenta todas as suas faces ornamentadas. A decoração foi realizada com o monumento encerrado: os motivos da arca prolongando-se pela secção lateral da tampa. Ao longo dos laterais maiores iconografaram-se Cristo e os Doze Apóstolos: no lateral direito, muito mutilado pela fúria dos soldados napoleónicos, encontravam-se sete nichos, o central abrigando a figura de Cristo (de que sobrevive apenas a metade inferior, com as pernas cruzadas), ladeado por três Apóstolos de cada lado; no lateral do lado esquerdo, que se conserva em bom estado, alinham-se os restantes seis Apóstolos. Os nichos, com arcos de volta perfeita, enquadram as figuras dos Apóstolos que, numa tentativa de quebrar a monotonia, se retrataram em diferentes atitudes, uns segurando o Livro, outros uma filacteria, outros simples dísticos. Infelizmente nenhum ostenta elementos iconográficos que permitam uma identificação mais precisa.

No topo da cabeceira foi representado o *Pantocrator*: Cristo sentado no trono, segurando o Livro e erguendo a mão direita em sinal de bênção, numa representação enquadrada dentro de uma moldura quadrilobada. Acompanham a moldura os símbolos apocalípticos dos quatro Evangelistas: em cima, São Mateus (Homem) e São João (Águia); em baixo, São Marcos (Leão) e São Lucas (Touro) (Eze. 1:10; Apoc. 4:7).

No facial dos pés encontramos a cena-chave para a datação deste notável monumento. Trata-se de uma *cena de lamentação*, na qual se representou o monarca chorando a morte da rainha, sua esposa, ladeado pelos seus filhos. O rei foi representado ao centro, dominando toda a cena, sentado no trono e coroado. As vestes, longas, apresentam pregueados afins aos das representações dos Apóstolos (os seis do lateral esquerdo ou a última figura do lateral direito, sobrevivente), da imagem de Cristo (no topo da cabeceira) ou da própria estátua jacente da rainha. Todas as esculturas revelam a mão do mesmo artista, nada justificando uma pretensa atribuição das esculturas a duas mãos distintas ou, até, a dois momentos separados no tempo, como



Estátua jacente de D. Urraca, esculpida na tampa do sarcófago

Pormenor da efígie da rainha





Lateral esquerdo, com a representação de seis Apóstolos

já foi sugerido. O monarca coloca a mão direita sobre o coração e eleva a mão esquerda para a face, arranhando-a ou arrancando os pelos da barba (que alguns autores também negaram, alegando inclusive poder tratar-se de uma figura feminina e não masculina...). Ladeiam o monarca cinco figurinhas menores. Quatro delas são os seus filhos, infantes, que choram a morte de sua mãe: o infante D. Sancho (que à data do óbito teria *circa* de 10 anos de idade), a infanta D. Leonor (com 8 ou 9 anos), o infante D. Afonso (com 3 anos) e o infante D. Fernando (com apenas 2 anos). Todos exteriorizam a dor com gestos bem conhecidos da iconografia medieval: arrancando cabelos ou arranhando as faces. Uma quinta, e enigmática, figura, de gestualidade mais contida, foi identificada por Manuel Real como sendo a Ama do infante D. Fernando. O interesse histórico e a qualidade plástica desta cena não podem deixar de ser sublinhados: estamos perante o primeiro “retrato” da família real portuguesa, chorando a morte da rainha.

A opinião dos investigadores tem-se dividido quanto à identificação da rainha a quem se destinava o túmulo de Alcobaça. Carlos Alberto Ferreira de Almeida sugeriu,

e José Custódio Vieira da Silva e Joana Ramôa de Melo têm vindo a sustentar, que o monumento se destinava a D. Beatriz Afonso ou Beatriz de Castela, rainha viúva de D. Afonso III, aceitando de forma literal a informação veiculada pelas inscrições aduzidas ao túmulo em 1675. Manuel Luís Real, Mário Barroca, Carla Varela Fernandes e Maria José Goulão têm vindo a defender, na esteira do primeiro autor, que o túmulo alcobacense se destinava a D. Urraca. Registemos que em 1908 Walter Crum Watson já tinha compreendido as incongruências cronológicas da atribuição epigráfica, referindo que *o túmulo assente sobre quatro colunas de fustes anelados não foi feito para a própria D. Beatriz, mas para outra pessoa, um século atrás*. Com efeito, não é plausível que este sarcófago fosse encomendado por ou para D. Beatriz. A rainha sobreviveu 21 anos à morte de seu marido D. Afonso III (ocorrida a 16 de fevereiro de 1279), só tendo falecido a 7 de fevereiro de 1300. Que sentido faria a rainha viúva ter, aos pés do seu moimento, o monarca (falecido 21 anos antes) a chorar a sua morte, acompanhada pelos jovens infantes seus filhos retratados ainda como crianças, sendo todos eles, na altura, adultos (um deles, D.



*Cena de lamentação pela morte da rainha, esculpida no topo dos pés do sepulcro*

Dinis, era mesmo o monarca em exercício...)? De resto, nem sequer a composição do túmulo tem correspondência com o agregado familiar – conhecem-se oito descendentes que resultaram do casamento de D. Beatriz com D. Afonso III e o túmulo alcobacense representa o monarca rodeado por cinco figurinhas –. A insistência de alguns autores nesta atribuição cronológica, tão gritantemente contraditória com as evidências iconográficas e estilísticas, torna-se incompreensível. Para além dos elementos iconográficos, nomeadamente no sentido a atribuir à cena da lamentação, devem também ser ponderados argumentos de ordem estilística: analisado no conjunto dos jacentes portugueses, o túmulo de Alcobaça seria estranhamente arcaico se fosse uma obra criada em 1300 (ou mesmo por volta de 1289, como foi sugerido por J. R. Melo, para, numa tentativa de recuar a data do moimento, fazer coincidir a sua encomenda com a trasladação do corpo de D. Afonso III para Alcobaça). Bastará invocar o exemplo do monumento de D. Rodrigo Sanches (f. em 1245), cujo moimento resultou de encomenda de sua irmã, D. Constança, cerca de 1263, ou dos túmulos dos bispos de Coimbra, para nos



*Pantocrator acompanhado pelo Tetramorfo, no topo da cabeceira do sepulcro*

apercebermos como seria absolutamente impossível que o monumento de uma rainha de Portugal falecida em 1300 representasse um retrocesso estilístico tão grande em relação a arcais criadas para elementos destacados da sociedade portuguesa mas não integrantes da família real. De resto, se fosse de D. Beatriz, o túmulo resultaria de uma encomenda da própria rainha ou de seu filho, herdeiro da coroa, em exercício então? Fosse encomenda da rainha ou do próprio D. Dinis, como explicar os arcaísmos tão flagrantes? Bastará comparar a arca alcobacense com o monumento funerário de D. Dinis, em São Dinis de Odivelas, ou da rainha D. Isabel de Aragão, em Santa Clara de Coimbra, para compreender as incongruências estilísticas, absolutamente impossíveis. Pelo contrário, sendo de D. Urraca, estamos perante a única rainha que, no segundo século da história portuguesa, faleceu antes de seu marido e que foi enterrada em solo português. A composição do agregado familiar é sensivelmente coerente com os dados genealógicos conhecidos, apenas diferindo numa figurinha, que poderá ter outra explicação (uma ama de leite? ou algum infante nascido entre 1211 e 1217, naquele

misterioso lapso de tempo em que não se conhecem filhos do casal régio?). Com esta cronologia os problemas de “arcaísmo” da peça ficam resolvidos, transformando-se numa obra de vanguarda para a sua época, consentânea com o estatuto real da inumada. Assim sendo, o sarcófago terá resultado de encomenda realizada por seu marido, D. Afonso II, algures entre o passamento da rainha, ocorrido a 3 de novembro de 1220, e a morte do próprio monarca, que sobreveio a 25 de março de 1223. Esta cronologia confere uma acrescida importância ao monumento de Alcobça: por ser o primeiro jacente português conhecido; por ser o monumento inaugural do segundo panteão real português; por ser, ainda, o monumento que inaugura, em Portugal, uma tipologia de arcazes com os laterais estruturados por edículas, que tanto sucesso veio a alcançar na tumulária medieval portuguesa; por apresentar o mais antigo “retrato” da família real portuguesa; e por se assumir como um comvente documento sobre as atitudes individuais e coletivas perante a Morte, nomeadamente na adoção de uma gestualidade específica e teatralizada para exteriorizar a dor. Em suma, um monumento ímpar para a cultura portuguesa.

Texto: MJB - Fotos: JNG

### *Bibliografia*

- ALMEIDA, C.A.F. e BARROCA, M.J., 2002, pp. 215-217; ANACLETO, R., 2000, pp. 307-318; BARROCA, M.J., 1991, n.º 50, pp. 158-160; BARROCA, M.J., 1997, pp. 655-684; CORREIA, V., 1924b, pp. 157-158 (da reed. de 1978); CORREIA, V., 1929a, pp. 5 e 11-12 (da reed. de 1978); CORREIA, V., 1929b, pp. 31-33 (da reed. de 1978); CORREIA, V., 1929c, pp. 54-56 (da reed. de 1978); FERNANDES, C.V., 2004, II, pp. 850-866; FERNANDES, C.V., 2017, pp. 387-411; GOULÃO, M.J., 2009, pp. 48-49; MELO, J.R., 2012, I, pp. 173-249; MELO, J.R., 2015, pp. 61-88; MELO, J.R., 2018, pp. 329-331; NETO, M.J.B., 2000, pp. 271-282; NETO, M.J.B. *et alii*, 2006; REAL, M.L., 1986c, pp. 80-82; SÁ-NOGUEIRA, B., 2012, pp. 211-296; SILVA, J.C.V., 2003, pp. 57-65; VILAR, H., 2005, pp. 52-55 e 307-317.